

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONSELHO REGIONAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CULTURA DE PAZ - JABAQUARA Biênio 2024|2026

ATA REUNIÃO ORDINÁRIA - JANEIRO | 2025

Assunto: Reunião Ordinária do CADES-JA

Data: 16/01/2025

Horário: 19:30h às 21:00h

Local: Subprefeitura do Jabaquara

Participantes:

Roberto Bonilha – Presidente do CADES e Subprefeito do Jabaquara

Ricardo Prieto – Representante do Governo Local

André Bernardino – Conselheiro CADES JA sociedade civil

Marlene E. Bicalho - Conselheira CADES JA sociedade civil

Marianne Branco - Conselheira CADES JA sociedade civil

Luciano Matias - Conselheiro CADES JA sociedade civil

Walquiria Prata - Conselheira CADES JA sociedade civil

Carlos Alberto da Silva Filho - Conselheiro CADES JA sociedade civil

PAUTA:

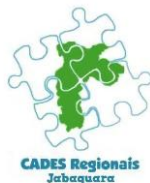
- Aprovação da ata de novembro;

- Problemas e planejamento dos jardins de chuva do Jabaquara - controle da sociedade civil;

- Ações CADES para engajamento: Portarias 124 e 125 SVMA - Cadastro de organizações da sociedade civil, grupos (Coletivos e Movimentos) e população para efetivar o processo participativo na gestão da arborização, conforme estabelecido pelo Plano Municipal de Arborização Urbana – PMAU;

- Debate sobre a participação do CADES nos projetos de reforma de praças junto ao CPM e Subprefeitura – solicitação dos projetos para participação do CADES e sociedade civil: assunto ignorado e não realizado pela Subprefeitura. Realizar o controle social sobre o que está sendo feito;

- Planejamento da Subprefeitura nos temas socioambientais e sustentabilidade – 2025 – junto à SVMA e agenda 2030.



- Modalidade e horário das reuniões do CADES JA;

Informes e pendências

-Atualização do site da Prefeitura, página do CADES JA - LINK: <https://capital.sp.gov.br/web/jabaquara/w/cadesja/39778>, formação atual do CADES com as seguintes mudanças: Marcos Manoel dos Santos, Mauro Alves da Silva, Walquiria Prata Chioquette estão na condição de titulares; excluir da lista os antigos titulares Chaene Santos Pereira Eufrazio, Luiz dos Santos Pereira Eufrazio e Alexandre Texeira Ramos.

- 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - Atividades e Calendário

- Material utilitário gerado com podas – etapa de destinação das peças utilitárias – informes e fechamento da questão – ofício para a Subprefeitura para justificar a necessidade de transporte - retorno final da Subprefeitura.

- Encaminhamentos – relatório GT Arborização e Hortas sobre a Praça Soares de Avellar (Praça dos Lagunhos) – status pedido protocolo de ofício via SEI – devolutiva da SUB para a SVMA.

- SVMA – TCAs da r. Genaro de Carvalho solicitar fiscalização – ofício. Marcar nova vistoria.

- Ofícios: Nabuco – caso galerias e caso do TAC para recomposição ambiental replantio árvores na área verde em frente do Parque do Nabuco.

Roberto – Declara aberta a reunião, tendo em vista quórum atendido.

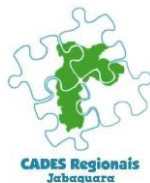
Marlene – Abre os pontos de pauta. Põe em votação a ata de novembro, encaminhada a todos. Roberto e Ricardo se abstém. Marianne vota pela aprovação, Carlos/SVMA se abstém, pois não participou da última reunião; André, Walquíria, Marianne, Marlene e Luciano aprovaram. Após votos de aprovação em maioria dos presentes, declara a aprovação da ata.

Inicia pelo ponto “problemas e planejamento dos jardins de chuva do Jabaquara - controle da sociedade civil”. Mostra na tela um mapa na área do jardim de chuva da R. das Grumixamas com r. dos Jatobás. Informa sobre a descida de esgoto vindo de um lote a montante do Jardim de Chuva, na r. dos Jequitibás. Localiza no mapa e revela a insalubridade.

Marianne - Informa sobre a ocorrência de saída de esgoto entre natal e ano novo (dezembro de 2024), e novos acontecimentos em janeiro e recente, pouco antes da reunião. Revela a presença de muitos resíduos de papel higiênico misturados nos resíduos orgânicos, tudo saindo na área do jardim de chuva.

Roberto - Pergunta como foi feita a constatação de que o ponto de origem seria o lote indicado no mapa, na rua dos Jequitibás.

Luís – Demonstra no mapa 3 lotes atrás de um prédio lindeiro à rua dos Jatobás. Comenta de uma fossa vazando em um deles, que leva à rua de baixo, Jatobás, via condomínio.



Marianne – revela a condição dos prédios da r. dos Jatobás, servidão para a coleta dos lotes a jusante da r. dos Jatobás e da condição de transbordamento de esgoto.

Carlos – Menciona que pode estar havendo mistura de água de esgoto e pluvial na tubulação. Quando chove muito sobrecarrega a rede de esgoto, que pode não estar dimensionada para esta vazão.

Marianne – demonstra a condição dos lotes e a saída perto do ed. Adriana, que transborda esgoto.

Ocorrem discussões a respeito da origem do esgoto, que extravasa para as ruas lindeiras ao jardim de chuva, incomodando os vizinhos cada vez que chove muito, pois ao final das chuvas a rua fica cheia de imundícies. As ruas ficam insalubres. Esta condição de águas poluídas é demonstrada a todos por meio de vídeos fornecidos pelo munícipe Luís.

Os conselheiros do CADES informam que a fossa da casa – possível origem dos resíduos - não pode simplesmente ser tampada, conforme sugestão do Subprefeito. Carlos alerta para a questão da servidão, que, se houver, prova a necessidade da passagem obrigatória entre um lote e outro.

Luís – Informa que o dono da casa é uma pessoa chamada Lee.

Marianne – informa que falou com a SABESP.

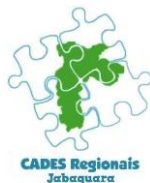
Luís – Pediu que seu telefone e de algumas pessoas da vizinhança, como Elizabete Oliveira, fossem disponibilizados ao funcionário da SABESP.

Finda esta parte, Marlene inicia pela situação de um jardim de chuva em fase final, na rua dos Marapés, próximo à av George Corbusier.

Marlene - Narra que o CADES não tomou ciência deste projeto, descobriu ao acaso as obras, e que, embora tenha se colocado à disposição para participar de mais uma iniciativa de projeto coparticipativo local, o CADES JA não foi informado da ação, desde o planejamento até a execução. Mencionou ter descoberto aleatoriamente as obras deste jardim de chuva.

Protesta que a iniciativa unilateral da Subprefeitura vai contra princípios de governança, parcerias (ODS 17), entre outros. Indica as soluções técnicas equivocadas com uso combinado de guia-chapéu e nível alto da terra, fator de impedimento de entrada das águas. Critica os hábitos da Subprefeitura no que tange à falta de entrosamento com o CADES, argumenta se tratar de uma Subprefeitura fechada para sugestões e meios de participação nos projetos urbanos sustentáveis. Informa que o projeto piloto da r. das Grumixamas e r. dos Jatobás foi apresentado em evento de abrangência nacional, como experiência coparticipativa. Disse ter sido um esforço de fazer um processo referencial, e que o CADES não sabe mais o que fazer para ser envolvido nos projetos do bairro.

Menciona que a pauta sobre quais as metas da Subprefeitura para a área ambiental vem sendo repassada mês a mês e nada vem sendo informado a respeito. Ressalta a importância de gastos públicos empregados em bons projetos. Denuncia a falta de engenharia do projeto, pois ao invés das águas serem armazenadas temporariamente, seguem reto por fora do jardim de chuva, que deveria captar as águas de escoamento superficial. Protesta por uma iniciativa que preserve dinheiro público bem empregado, ao reconhecer o contrário no caso do JC. Menciona que várias oportunidades de captação de água para dentro do jardim de chuva são ignoradas, pois a água passa direto por fora,



sem entrar e infiltrar, assim como a função de barrar a velocidade da água. Indica que ao lado do jardim de chuva tem um canteiro que foi impermeabilizado, sendo o centro dele deixado em forma de quadrado, com vão para uma árvore, praticamente soterrada junto a uma camada de cimento grossa, recurso dispensável. Solicita a fala do Roberto a respeito, alegando a necessidade de uma fala com equipe técnica interna as Subprefeitura (coordenadoria de obras e agrônomo Mauro). Menciona sobre a regionalização do plano de arborização urbana, outra pauta que necessita de diálogo, haja vista planos de sustentabilidade, resiliência e adaptação climática de âmbito federal e estadual, que envolvem eixo governança. Protesta pela falta de conexão com a Subprefeitura do Jabaquara e que haverá mais cobrança e uma postura mais direta na cobrança de diálogo para implantação de soluções para o território, inclusive questiona custos de obras que não correspondem ao que deveriam, por exemplo, o jardim de chuva não apresenta sequer formato de bacias de retenção das águas.

Marianne – Reitera que a abertura de diálogo junto à Subprefeitura é requerida há muito tempo, em obras com mais qualidade, mas não houve a participação do CADES. Se não desejam a participação de conselheiros que estão aqui querendo ajudar, as opções são ou a pesquisa e estudo para resultar em bons resultados ou não fazer. A postura vai mudar, se isso (jardim de chuva) for classificado sobre algo que “é”, mas não é o que pretende ser, outras atitudes virão; o dinheiro é público e perde-se a oportunidade de interação com o CADES, o que não é conveniente para ninguém.

Marlene – Placas de piso permeável não podem ser estar aplicadas sobre cimento, e não sobre areia sobre base compactada. É como a Praça dos Lagunhos, que foi concretada, impermeabilizada em vários pontos, impermeabilizada. Pede que o esforço de levar as ODS seja sério, para isso necessário participar do planejamento. A camada de assuntos passa pela discussão das ilhas de calor, arborização, alternativas locais das árvores no viário.

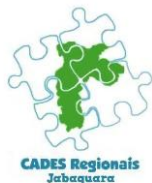
Roberto – Menciona que o CADES poderia ter divulgado os endereços para os jardins de chuva, uma vez solicitado, não foi passado. O CPO sugeriu aquele local, com assessoria da SMSUB, mesma pessoa que teria assessorado o CADES JA no jardim de chuva da r. das Grumixamas. A Subprefeitura forneceu o que tinha, guias-chapéu e só tinham isso.

Marlene – A técnica de jardim de chuva não é essa.

Roberto – A técnica é dos trabalhadores que estão aqui. A assessoria, o projeto foi feito pela Secretaria, não por nós. Menciona que a técnica do jardim de chuva é controversa, que “você mesmos admitem que não existe manual de jardim de chuva”.

Marlene – Existem vários manuais. Passo um do Estado de São Paulo, com tabela de preços. “Esse discurso de que deveríamos ter passado o endereço não justifica, pois uma vez identificado o local, poderíamos ter sido envolvidos”. O mesmo discurso errado foi feito para a Praça dos Lagunhos, onde o CADES não foi envolvido. Os 2 endereços que temos implicam participação desejada do CADES no processo. É dinheiro nosso, de todos aqui.

Roberto – Menciona que o público, não obstante a “ameaça” feita na reunião. (refere-se ao fato de ter se sentido ameaçado na presente reunião). Diz que o projeto é público, dados e processos à disposição de todos. “Fico tranquilo quanto a ameaças quanto às novas posturas do CADES”.



Marlene – “Solicitamos participação há mais de 3 anos somos ignorados, junto à Subprefeitura.”

Roberto – “Eu me senti ameaçado. Se não for desse jeito será daquele jeito”.

Marianne – pede a palavra para dizer que quando os endereços de potenciais áreas para jardins de chuva foram solicitados, dissemos estar dispostos a colaborar, disse ter tido 2 horas para passar o endereço, o que foi feito, mas que ele (Roberto) não ficou satisfeito, pois queria identificação mostrando no mapa.

Roberto – Você não passou os endereços.

Marianne – “Eu te passei os endereços. Existe a propriedade intelectual, feita por uma pessoa especialista no que ela está fazendo”.

Marlene – “Duas pessoas”.

Marianne – “A leitura do território foi minha”, diz respondendo à conselheira Marlene. Calma, depois eu compartilhei.

Roberto – Diz que recebeu mensagem apenas de que os locais seriam no “perímetro da Praça Barão de Japurá”, bacia do córrego do Ipiranga. “Endereço é avenida xyz número tal”.

Marianne – “Se você olhar no mapa é esse endereço, “Praça Barão de Japurá”. Menciona não ser necessário desenhar.

Roberto – “Qual q dificuldade disso?”

Marianne – “Isso chama propriedade intelectual. Você sabe muito bem o que é isso”. Se a gente vai conversar sobre projeto a gente vai conversar.”

Roberto – “Propriedade intelectual é se fosse sobre um projeto, agora, a gente tá sem um endereço”.

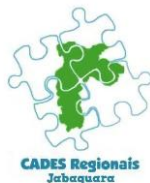
Marlene – “O que adianta indicar um endereço pra fazer daquele jeito, cheio de guia-chapéu”.

Roberto – Alega ter tido segredo.

Marlene – Identificada outra área, diz que o CADES poderia ter sido envolvido, ainda que não houvesse a participação no desenho, há manuais orientativos, que poderiam ter sido usados, diz que o CADES poderia ter passado. Não faço questão de estar desenhando, desde que haja a inteligência de vários tópicos.

Marianne – Esclarece que não há sentido em pegar algo que foi leitura nossa que tem razão de ser, pegar o endereço e fazer do jeito que acham, pois não são locais comuns. Um local é simples, o outro requer um bom projeto, não faz sentido passar o endereço sem o comprometimento de fazer um bom projeto.

Esclarecimento de ata – conselheira Marlene: no caso “leitura” remete a investigação diagnóstica da paisagem/sub-bacia hidrográfica, ocupação urbana e de local no território, a partir da realidade planialtimétrica do relevo; propício à captação e infiltração de águas pluviais, feitos pela conselheira Marianne em 2 pontos da Praça Barão de Japurá, sujeita a pesquisa de instalações de infraestrutura, porém com grandes chances de se tornar um projeto de jardim de chuva.



Roberto – “Talvez se você tivesse passado teria um bom projeto.”

Marianne – Diz que é possível desde que se queira de fato trabalhar com o CADES, a partir de uma indicação, desenvolver um projeto com orientação do CADES sobre como tem que ser, “com nossa leitura e cuidado, caminhando conosco”. Alega que quando foi solicitada estava no trabalho, desenvolvendo outras coisas, que não era simplesmente responder, não havia o comprometimento firmado. “Não é assim que se faz, isso é desrespeitoso com profissionais que se habilitaram a fazer um trabalho voluntário”.

Roberto – “De onde você tirou que não havia comprometimento entre nós?” Diz que a conselheira queria firmar um documento, e que não haveria como firmar um termo de sigilo.

Marlene – Esclarece que seria um termo de compromisso e não de sigilo. Normal no meio jurídico.

Esclarecimento de ata – conselheira Marlene: Termo correto – “III - **Termos de Cooperação**: que consistem em instrumentos jurídicos pelo qual são firmadas parcerias da Administração Pública Municipal com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que visem a execução e manutenção de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas, bem como a conservação de áreas municipais”.

Disponível em [TERMOS DE COOPERAÇÃO - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - Prefeitura DECRETO Nº 52.062 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 « Catálogo de Legislação Municipal](#)

Roberto – Insiste que não tem autoridade para isso.

Marianne - Alega não ter tido segurança para enviar mais detalhes, uma vez que também estava no trabalho. Há pesquisa envolvida e que tem isso na cabeça há mais de 2 anos.

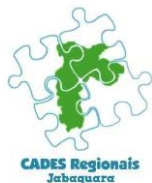
Luciano – Pela ordem, pede a palavra para o conselheiro André, dado o debate estar há 5 minutos ocorrendo.

Marlene – Diz que há uma política pública envolvida, do prefeito de São Paulo, prevista em todas as regiões de São Paulo. Que o que se quer é apenas que seja feito da forma correta, com manuais técnicos.

Roberto – Insiste que houve fala com a SMSUB, mesmo profissional que teria dado “assessoria” no caso do jardim de chuva da r. Grumixamas, projeto.

Marianne – Esclarece que o jardim de chuva acima, um dos melhores jardins de chuva, “veio com a contribuição que nós fizemos no projeto. Eles não nos orientaram, nós os orientamos, o projeto é nosso” (refere-se a ela e à conselheira Marlene). “Se o que está sendo feito pela Subprefeitura segue orientação da SMSUB, desculpe, eles também não sabem o que estão fazendo”.

André – “Creio que tudo que há envolvendo o conselho, população civil, voluntários, Secretaria e representantes, tem que ser conversado para que se defina o que é melhor para todos, principalmente projeto e planejamento. Infelizmente sem isso não se chega a canto algum”. Cita o jardim de chuva da Eng. Armando Arruda Pereira, “por mais leigo que eu seja não foi um resultado qualificado como poderia ser. A pessoa que fez não era qualificada. Então como se faz, busca-se conhecimento com aqueles que entendem para que seja feito da melhor maneira possível”.



Cita o caso de uma praça na George Corbusier, muito judiada e que precisa de atenção.

Marlene – Pede para seguir adiante na pauta e que se trata de um processo desgastante, porém necessário, e que já ocorreu há 3 anos atrás, a respeito do tema jardins de chuva no Jabaquara. Pauta:

O Subprefeito se retirou da sala, de modo que a dinâmica da pauta foi suspensa até retorno, neste meio tempo a conselheira comenta sobre o ponto de pauta “- Ações CADES para engajamento: Portarias 124 e 125 SVMA - Cadastro de organizações da sociedade civil, grupos (Coletivos e Movimentos) e população para efetivar o processo participativo na gestão da arborização, conforme estabelecido pelo Plano Municipal de Arborização Urbana – PMAU”

Cita os voluntários da ALAE (“Área de Lazer Água Espriadas”) e como foi a participação no caso, que ele trouxe proposta inicial, apresentou, algumas alterações foram feitas e grande parte foi plantada com equipe de arborização e com o grupo que toma conta da ALAE. Idem para o que foi feito na área de lazer da r. Genaro de Carvalho. Ressalta que é essa dinâmica prevista nas Portarias, a entrada de projetos participativos pelo CADES, encarregado de recepcionar os projetos. A SVMA viabilizaria junto à Subprefeitura. Porém no Jabaquara trabalha-se de forma muito pontual.

Carlos – Admite dificuldades, pois a ideia dos planos setoriais é dar pano de fundo para qualquer projeto. O PMAU traz diretrizes gerais, mas o correto é que os projetos sejam desdobramentos dos planos – ordem “Plano, Programa e Projeto”, nas escalas. Acha complicado se fazer um projeto e se levar para a Secretaria, que não domina o território, e isso não passar pelas equipes que coordenam o PMAU; cada técnico do território é responsável pelo PMAU, que é anterior, é uma lei e com base no programa é que se contrata as equipes. Zona Sul tem 3 técnicos em 3 áreas: Sul 1 – Campo Limpo e M’Boi, a Sul 2 – Jabaquara e Santo Amaro e a Sul 3 – Parelheiros e Cidade Ademar. Esses técnicos são responsáveis da Secretaria no PMAU (lei).

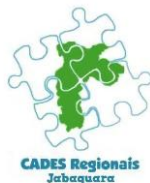
O Plano encampa o Programa Municipal de Arborização Urbana, encampa tudo que está no PMAU. Vê como problema o encaminhamento de projetos sem passar pelo DAU, porque por mais que o domínio do território são os técnicos aterrissados nos territórios.

Marlene – levanta a questão do tema arborização junto à Subprefeitura. Explica o objetivo das Portarias SVMA.

Carlos – Lembra que quem faz a gestão da arborização no território é a Subprefeitura, que eles têm procurado manter uma conversa fluida com as Subprefeituras. Mas quem tem a gestão do PMAU É A Secretaria do Verde, prevalece a autonomia da SVMA sobre a da Sub. Onde não há gestão da SVMA, entra a Sub, exemplo r. Genaro de Carvalho (unidade de lazer e esportes). Como respeito fazemos a conversa, gestão viária. Exemplifica com casos em Santo Amaro, onde houve impasses em relação a obras x arborização. Por isso busca-se o diálogo; no caso do Jabaquara, fala com o Cid.

Warlen – Levanta a questão de educação ambiental junto do assunto.

Carlos- Reivindicação junto à Secretaria. O PMAU prevê a educação ambiental. Metas são traçadas e limitadas pelo Tribunal de Contas. Revela que há épocas de plantio e que se há educação ambiental envolvida, ela deve vir pelo menos 3 meses antes do plantio. O pessoal que está dentro da educação ambiental maioria é comissionado, sem experiência. O que acreditamos é que nos próximos contratos vão ser contratadas empresas para fazer educação ambiental.



Próximo ponto - Debate sobre a participação do CADES nos projetos de reforma de praças junto ao CPM e Subprefeitura – solicitação dos projetos para participação do CADES e sociedade civil: assunto ignorado e não realizado pela Subprefeitura. Realizar o controle social sobre o que está sendo feito;

Marlene – Não se conseguiu avanço no tema não houve avanço nas tratativas de acompanhamento de projetos. Fala de decisões equivocadas que comprometem o resultado, que o que se quer é apenas o compartilhamento. É mais do mesmo, só quem perde é quem mora no Jabaquara, poucos decidem, milhares que não conseguem ter voz, estamos em conselho que não conseguem a participação. A qualidade do trabalho está caindo, não está havendo motivação. Roberto saiu da sala (refere-se à demora no retorno).

- 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - Atividades e Calendário: cita a organização de um evento feito pelo conselheiro Mauro Alves. A conselheira Marianne pergunta ao conselheiro Warlen sobre o encontro feito na Umapaz, se foi falado alguma coisa a mais.

Warlen – iam fazer uma reunião no início do ano, não sabe se houve.

Marlene – Não houve retorno da Subprefeitura sobre o tema “- Material utilitário gerado com podas – etapa de destinação das peças utilitárias – informes e fechamento da questão – ofício para a Subprefeitura para justificar a necessidade de transporte - retorno final da Subprefeitura”. Os bancos feitos com podas seriam levados para os pontos de destino (ver atas anteriores), mas apesar de todos os combinados, não há justificativa para o não encaminhamento da Subprefeitura até final da ação. Era para ter resolvido isso antes do processo eleitoral dos prefeitos e vereadores. Depois pactuou-se entrega até final de novembro. Apesar de todas as cobranças do CADES JA a Subprefeitura não cumpriu o combinado.

Roberto – Mais uma vez promete dar seguimento ao assunto no dia seguinte à reunião.

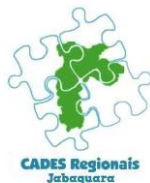
Marlene – Diz que a intenção do Projeto Fadas Urbanas é dar continuidade às ações do gênero com habitualidade, superadas as primeiras dificuldades.

Warlen – Mostra trabalhos feitos com aproveitamento de madeiras em escolas, que as áreas livres das escolas tiram as crianças de dentro e as colocam em contato com a natureza, que esse trabalho visa transformar as escolas, com participação das crianças. O trabalho de educação ambiental passa a era uma referência.

Marianne – Pergunta ao Subprefeito se Warlen poderia usar madeiras nos projetos já em andamento nas escolas.

Roberto – Vê dificuldades em usar as equipes e ferramentais por impedimentos contratuais. Não fosse isso ele exigiria o manuseio para construção de bancos, bolachas de pisos etc. Idem para levar aos destinos finais as peças feitas. Diz não ser má-vontade, mas que tem questões contratuais.

Esclarecimento de ata – conselheira Marlene: Embora o subprefeito Bonilha tenha se comprometido com o CADES com o “Projeto Fadas Urbanas”, desde metade de 2024, conforme diversas atas, permitindo a interação CADES com uma equipe para manuseio de ferramentais e elaboração de bancos, bolachas de pisoteio, mesinhas e troncos-bancos, viável e dentro da Lei Pampa - lei 14.723, em vigor desde 2008, voltou atrás nesta data de reunião ordinária, não obstante todos os esforços do CADES em criar um instrumento de doação das peças feitas e lastrear a parte operacional dentro da legalidade.



Marianne – Sonda o Subprefeito sobre a periodicidade da contratação.

Roberto responde que foi obrigado a renovar com a mesma empresa, nas mesmas bases, sem alteração de contrato.

Carlos – Comenta sobre alterações que estão sendo feitas pelo PMAU nos contratos, dadas as faltas de padrão no plantio, entre outros problemas. O TR sai da SMSUB. Há coisas que não oneram o contrato, ou, se oneram, não são significativos como custo no plantio.

Marlene – dada a volta do Subprefeito à reunião, o posiciona sobre os debates feitos desde sua saída da sala. Fala das praças, conforme discutido acima, impermeabilização de solo e outros equívocos de projeto que levam a custos. Pede para o conselheiro André o endereço da praça degradada.

Fala da necessidade de aproximação do CPM, no intuito de direcionar verbas de forma mais favorável à sustentabilidade e na manufatura de bons projetos.

Traz a pauta que vem de desde o início da gestão, sem retorno. “Planejamento da Subprefeitura nos temas socioambientais e sustentabilidade – 2025 – junto à SVMA e agenda 2030”. Falta de inteligência na gestão municipal sobre participação e governança, pela falta de planejamento local.

Tema da pauta - Modalidade e horário das reuniões do CADES JA; conselheira Marianne revela as dificuldades de alterar horário de 19:30h para 19:00h, de todos os conselheiros, e dificuldade de sistema híbrido.

Carlos – A modalidade híbrida facilitaria, adotada por muitos CADES.

Marianne – A questão já foi trazida, mas não contamos com suporte técnico.

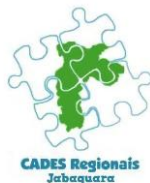
Walquiria – Ressalta a falta da presença de conselheiros eleitos recentemente na reunião, que eventualmente a forma híbrida facilitaria a participação de todos. Cita opção no SENAC, espaço Verde, solução encampada pelo conselheiro Luciano. Ninguém mais se pronunciou a respeito e não houve encaminhamento neste sentido.

André – Não abre mão da reunião presencial.

Luciano - levanta a possibilidade de marcar as reuniões do CADES no SENAC.

Marlene – coloca o tema de pauta – “Encaminhamentos – relatório GT Arborização e Hortas sobre a Praça Soares de Avellar (Praça dos Lagunhos) – status pedido protocolo de ofício via SEI – devolutiva da SUB para a SVMA”. Cita que a Subprefeitura deu destaque a um SEI preexistente, sobre a praça, originário do Setor de Fiscalização da SVMA, conforme informe da Subprefeitura por e-mail. Este SEI encontra-se fechado para consulta, dados indisponíveis (restritos). Este argumento não responde aos questionamentos do CADES sobre a Praça dos Lagunhos, a própria Subprefeitura não tem acesso aos dados.

A Subprefeitura não se manifestou, mesmo instada pelo CADES e pela SVMA. Uma vez que o SEI da fiscalização, usado pela Subprefeitura para não se manifestar, é blindado e sem conexão com os pedidos do CADES (junho de 2023), acerca da influência das obras sobre área potencialmente sujeita



à proteção, haja vista suspeita de nascentes no local (afioramentos de lençol freático), a conselheira encaminha um escopo para leitura e deliberação (ver anexo a esta ata), a fim de encaminhar novo ofício, pois diverge da posição da Subprefeitura, para que seja aprovada como deliberação do CADES e seja encaminhada como ofício à SVMA. O documento é lido na íntegra, direcionado para a SVMA e Subprefeitura.

As conselheiras Marianne e Marlene colocam a necessidade ambiental do local sobre o reconhecimento das nascentes no local. Colocado em votação, a maioria dos presentes aprova o ofício (anexado nesta ata) como deliberação do CADES, com anexação nos SEI conforme requerido.

Itens finais:

- SVMA – TCAs da r. Genaro de Carvalho solicitar fiscalização – ofício. Marcar nova vistoria.
- Ofícios: Nabuco – caso galerias e caso do TAC para recomposição ambiental replantio árvores na área verde em frente do Parque do Nabuco.

Marlene - No caso do TAC referente à ação de devastação arbórea no canteiro central em frente ao Parque do Nabuco, embora o CADES tenha provocado o Ministério Público e haja inquérito civil em andamento, os dados do Termo de Ajustamento de Conduta apresentado são restritos. O CADES necessita ter acesso aos desdobramentos quanto à proposta de recuperação do local, se é que o TAC menciona isso. A SVMA precisa ser instada a abrir os termos do TAC ao CADES JA. A conselheira diz não ter ciência dos atos do Ministério Público a respeito. Dados de vários SEI da SVMA frequentemente são restringidos ao acesso do CADES.

Carlos – Em tese todo ato de Prefeitura é público. Tem que atender ao princípio constitucional da publicidade. Mas existem situações em que os trâmites correm de forma restrita, principalmente os documentos que contém dados pessoais. É o caso dos processos em segredo de justiça. Mas atos de fiscalização são dados públicos. Não vejo razão para restrição. Disse que conversaria com os colegas da fiscalização a respeito.

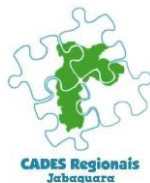
Ricardo – Elogiou os trabalhos da Praça Soares de Avellar, diz que a praça está maravilhosa. Que os usuários só tecem elogios. Insta as pessoas que ainda não foram a visitar o local. Restringe até aí sua opinião.

Marlene – Reitera que o problema é a Subprefeitura ter usado um SEI estranho ao caso (ao qual não tem acesso) para justificar a falta de devolutiva da Subprefeitura a partir de uma provocação da SVMA.

Esclarece ao Carlos que o TAC não foi aberto ao CADES, precisaria saber se foi aceito pela SVMA.

Carlos - o TAC é submetido à comissão de fiscalização, que se pronuncia se o TAC será aceito ou não pela comissão de fiscalização. Daí sim é assinado.

Marianne – Reitera que o caso de recomposição do canteiro central em frente ao Nabuco veio da iniciativa do CADES e o mesmo não foi envolvido mais no processo, embora faça parte da estrutura da SVMA.



Walquíria – esteve na reunião do CONSEG e é tudo em segredo, o local agora abriga pessoas em situação de moradia na rua. Somente jogaram terra por cima do local. Nada é acessível em termos de informação e mais 2 árvores caíram no local.

Marlene – propõe um ofício ou e-mail para acessar o TAC.

Carlos – Solicitem à Secretaria a participação no caso.

Walquíria – Lembra que ali é Cidade Ademar e que ali era recorte de faixa de Mata Atlântica.

Ricardo – Isso não impede a SVMA de atender à solicitação. Quando chove o Parque do Nabuco tem que correr para abrir o portão para a água que desce passar.

Marianne - lembra que também desce muito lixo.

Marlene – passa ao caso da galeria dentro do Parque do Nabuco.

Marianne – Dezembro do ano passado o Shindi ligou (ex-conselheiro do CADES JA), e a SVMA foi convocada a fazer uma fiscalização dentro do parque, foram e viram a questão da rede e entenderam o problema, mas não tem capacidade nem recursos para corrigir a questão do rompimento da galeria.

A área é do parque, competência da SVMA, mas há um acordo que esta área seria incluída no Plano de Drenagem. Daí a SVMA deveria solicitar à SIURB apoio para realizar a obra. A própria SIURB solicita que a SVMA pleiteie isso no escopo dos estudos de drenagem da reunião. Não há formalização da conversa, mas existe solicitação de análise do caso. Há de fato o problema, deve-se citar isso, solicitando apoio para a obra.

Walquíria – A conselheira se recorda que isso já foi feito em conversa com a SIURB e Fernanda (SVMA). O Parque não entrou na leitura da análise da SIURB quanto à drenagem.

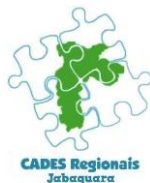
André – Fala inaudível na gravação.

Walquíria – Fala do lixo que desce com chuvas e até um carro entrou no parque, durante enxurradas e inundação.

Carlos – Se a SIURB está de acordo... Há vários casos de tubulações dentro de parques, como o Severo Gomes, Alto da Boa Vista...

Fala de itens fora da pauta;

Informações sobre EMEI Cruz e Souza – entendimento com os técnicos da Sub do Jabaquara, que iriam fazer os laudos de análise de queda, direcionados para EMEI, que abriria 156 para processos de supressão. 22 árvores foram divididos em 4 relatórios, os 2 primeiros 6 árvores cada e os outros 2 com 5 árvores cada, pela ordem de prioridade. São 22 eucaliptos numerados. Os relatórios foram anexados e aberto 156. O Mauro (agrônomo da Subprefeitura) indeferiu metade dos pedidos e recentemente uma dessas árvores soltou um galho. Reitera que a situação de eucaliptos em meio urbano é complexa, haja vista o peso de cada galho. Ele despenca de uma altura de 15m a 20m, não havendo como manejar ou isolar a área de pátio das crianças. A SVMA pode replantar, com DAP maior. Carlos diz que a área dele é essa, alerta para o perigo da situação, o risco de a Prefeitura sofrer



um processo é grande. Fez várias vistorias, foram aplicados critérios da Associação Internacional de Arboricultura, foram feitos procedimentos metódicos.

Diz que o conselheiro Marcos (e diretor da escola) mencionou que um galho atingiu uma criança.

Seguem-se comentários inaudíveis.

Carlos – Emiti laudos que não são meu trabalho, fui repreendido pela minha diretora. Mas não tem como ser técnico e ter responsabilidade pelo PMAU no território e não se manifestar no território. É complicado, em uma EMEI na Cidade Ademar, na época chegou-se a um acordo de supressão e replantio com DAP maior, com frutas nativas. Há tempos o assunto não anda, precisaria concluir.

Marlene – Ressalta que seria um projeto de arborização do CADES e não do Warlen (foi citado pelo Carlos como quem tem feito manejo no local).

Luciano – E quanto à propriedade intelectual dele? (risos)

Carlos - Avaliação atual que cabem 106 mudas, em áreas da Genaro de Carvalho, em espaço entre às quadras. Questionou Roberto se pode continuar plantando.

Roberto concorda.

Carlos – em relação à Genaro diz que os TACs não estão sendo acompanhados.

Marlene – Deiz que não é o CADES quem pediu a fiscalização do CADES, foi ela quem pediu via E-Sic.

Carlos – Reitera 106 novas e 80 e poucas ainda, podendo ser mais. Ainda tem o estacionamento como área que pode receber árvores, desenho de vagas a discutir, haja vista que hoje não tem esse desenho. Poderiam abrir canteiros em áreas de vagas, com 10 a 20 mudas de árvores. Cita o caso do teatro Paulo Eiró em Santo Amaro, no estacionamento, com vagas definidas com guias de jardim.

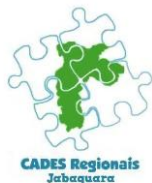
Propõe uma conversa com a Prefeitura do Jabaquara a respeito.

Marlene encerra a reunião.

Lavrou esta ATA do Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz do Jabaquara – CADES-JA, o conselheiro e Secretário Luciano Matias e a conselheira e Secretária Marlene Emilia Bicalho dos Reis Martins

ANEXO – documento lido na reunião ordinária:

Resolução do CADES Jabaquara em face da Prefeitura Municipal de São Paulo – aprovada em reunião Ordinária de 16/01/2025



ANEXO - Assunto: Solicitação de continuidade do processo **SEI 6027.2024/0021441-8** e **anexação do teor deste ao SEI 6027.2021/0011533-3**

Ilmo Sr. Roberto Bonilha - Subprefeito e Presidente do CADES Jabaquara

Ilmo Sr. Rodrigo Aschiuchi – Secretário do Verde e Meio Ambiente

Ilma Sra. Tamires Carla de Oliveira – Chefe de Gabinete

O CADES Jabaquara (CADES JA), através de seu GT de Arborização e Hortas, em atendimento aos ODS da Agenda 2030 da ONU e em nome do interesse socioambiental local, encaminha a presente RESOLUÇÃO, conforme segue:

O CADES JÁ questionou a Subprefeitura e Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a respeito da interface entre corpos hídricos (afloramentos de lençóis freáticos possivelmente nascentes) e respectiva área verde pública com obras recentes na praça situada entre a rua Soares de Avellar e avenida dos Bandeirantes, Jabaquara, São Paulo.

O relatório elaborado sobre a área, (via ofício **6027.2024/0021441-8**, anexado abaixo), foi encaminhado à Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Subprefeitura, contém levantamento fotográfico, dados e questionamentos sobre licenças e pedido de vistoria à praça da r. Soares de Avellar, com a presença do CADES JA, atendendo a pedido da comunidade local.

A Secretaria do Verde abriu o **SEI 6027.2024/0021441-8** para tratar dos desdobramentos e o encaminhou à Subprefeitura do Jabaquara. Tendo em vista a demora no retorno, o CADES noticiou o Subprefeito a respeito, para que o servidor responsável, Mauricio Bousi, fizesse sua manifestação, haja vista esta condição imposta pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente e membros da sociedade civil do CADES Jabaquara, para após reencaminhar a questão para a SVMA promover a realização da vistoria no local, prometida ao CADES JA.

Após meses do protocolo inicial da questão, a resposta da Subprefeitura não atende ao pleito do CADES, ao não justificar as obras de “revitalização” na praça em face das condições ambientais existentes, de afloramentos de águas. Menciona SEI estranho ao pedido feito por este Conselho do Meio Ambiente, qual seja o **SEI 6027.2021/0011533-3**, do setor de fiscalização ambiental da SVMA, o qual contém documentos restritos a acesso público, mencionando ainda desconhecimento sobre o teor. Em vista do interesse difuso envolvido - preservação e conservação do meio ambiente - conforme Constituição Federal, art. 225, leis municipais e planos setoriais, pontuamos abaixo o que se segue:

- O CADES Jabaquara reitera todos os termos de todas as suas manifestações, como protocolado no **SEI 6027.2024/0021441-8**, cujo **insatisfatório retorno após meses de protocolo inicial de nosso relatório**, restringe-se a ignorar as condições ambientais da Praça Soares de Avellar e exime-se da iniciativa para requerer a abertura de dados e iniciar tardiamente um diálogo verdadeiro com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e CADES de sua região.

Obras de impacto e de impermeabilização foram feitas em diversos pontos da praça, já registrados em nosso relatório, que **por contar com possíveis áreas de proteção permanente**, protegidas por lei federal, demanda urgentes providências investigatórias, haja visto o bem ambiental sob proteção.

Novos fatos estão ocorrendo. O CADES recebeu denúncia da sociedade civil acerca de novos pontos de afloramento e umidade que em tese surgiram após as obras feitas, e que escorrem sobre calçamento de pista.



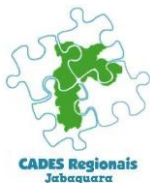
Fig. 1 - Caixa de passagem concretada, ponto de alagamento novo escorrendo sobre a pista de cimento – recebido em janeiro de 2025



Fig 2 -Vídeo feito por usuário da praça e morador local – Acesso em: https://drive.google.com/file/d/1KwJeqSP3Aw-A1_l6M7LzhdQ7P7v71rVS/view?usp=sharing – recebido em janeiro de 2025

Desta forma, requeremos, na forma regimental e nesta Resolução, aos destinatários Secretaria do Verde e Meio Ambiente e, em especial, ao Dr. Roberto Bonilha, Subprefeito e Presidente do CADES:

- Protocolo do mesmo relatório fotográfico (anexo) no **SEI 6027.2021/0011533-3**.
- **Acesso irrestrito ao teor do SEI 6027.2021/0011533-3**, por fazermos parte da estrutura da própria SVMA, no interesse do meio ambiente do território e atuarmos em nome da participação e controle social garantidos na Constituição Federal e pelos princípios da Administração Pública, uma



vez que os procedimentos do setor de Fiscalização da SVMA, podem ou não ter conexão com nosso pleito.

- Em ambos os SEI, **6027.2024/0021441-8**, **6027.2021/0011533-3**, o CADES requer, na forma da lei, a licença ambiental para a realização das obras feitas, bem como os tópicos abaixo:

1. Vistoria com a presença de representantes do CADES JA, análise técnica e fornecimento de parecer da SVMA a respeito do possível reconhecimento de afloramentos de água como nascentes na área, com respectiva proteção legal.

2. O projeto executivo que norteou as obras e orçamento, conforme processo licitatório (projeto inicial e eventuais revisões em conformidade com as obras realizadas), com as despesas realizadas.

3. Houve consulta prévia à SVMA sobre o projeto proposto com a descrição das obras de revitalização e mapeamento das possíveis intervenções? Como já dito, a apresentação do escopo demandaria licenças ambientais, as quais já solicitamos, por entender que as obras foram de impacto.

4. Qual o grau de impacto das intervenções das obras recentes no contexto ambiental? Exemplo, obras que abrangem impermeabilização de solo natural em vários pontos, próximas aos afloramentos de águas e manejo da vegetação existente.

Sob protestos de estima e consideração e certos de um pronto atendimento, subscrevemo-nos.

São Paulo, 29 de janeiro de 2025.

GT de Arborização e Hortas

CADES Jabaquara

Marlene E. Bicalho

Secretária e conselheira CADES/JA

Marianne Branco

Coordenadora e conselheira CADES/JA